

INFORMATIVO

**bancário**

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SANTOS E REGIÃO



**INTERSINDICAL**  
Central da Classe Trabalhadora



FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL

Edição 935 | 01 a 11 de novembro de 2016

# PEC 241

**ataca saúde e educação  
para privilegiar mercado financeiro**

**págs. 2 e 3**



Foto: Rovena Rosa (Agência Brasil)

## Inscrição para Delegado Sindical do BB

As inscrições para candidatos a delegados sindicais do Banco do Brasil estarão **abertas de 11/11 a 18/11/16** e poderão ser realizadas pelo site do Sindicato: [www.santosbancarios.com.br](http://www.santosbancarios.com.br)

A eleição será de 28/11 a 2/12/16, nas respectivas agências dos inscritos.

**Observação:** Segundo as normas do Banco do Brasil, somente 10 funcionários poderão

ser eleitos na base territorial do Sindicato dos Bancários de Santos e Região. Portanto, a prioridade será dos 10 primeiros inscritos, caso todos sejam eleitos, os demais serão suplentes.

# PEC 241 reduz salários e traz colapso à saúde e educação

Na narrativa dos meios de comunicação, e particularmente de seus comentaristas/especialistas, a Reforma da Previdência é apresentada hoje como um “mal necessário”. Uma medida que resolveria a crise econômica brasileira, lado a lado com a PEC 241 – que pretende limitar os gastos públicos nos próximos 20 anos e, na prática, retirará verbas da educação e da saúde para privilegiar o pagamento da dívida pública

## Reforma Trabalhista amplia jornada e retira direitos



A Reforma Trabalhista que Temer quer implantar em 2017 tem o objetivo de flexibilizar a CLT, com a falácia de que patrões e empregados são quem devem negociar os contratos e direitos trabalhistas. Em 90% dos casos não haverá negociação entre patrões e empregados para exigir direitos.

Porque nem todas as categorias têm sindicatos fortes, ficando mais vulneráveis a pressões dos empregadores. É por isso que hoje, na CLT, há restrições sobre o que pode ser negociado. Com isso e com o tempo as leis e os direitos trabalhistas desaparecem por não terem mais o amparo jurídico da CLT. Veja alguns itens da Reforma Trabalhista do governo para explorar o trabalhador:

**Jornada Negociável:** pode prolongar a jornada para até 12 horas diárias para todos, inclusive bancários.

**Jornada com contrato por hora:** salário proporcional às horas trabalhadas. Por ser menos conhecida, muitos empregadores optam por contratações informais e acabam com ações judiciais.

**Jornada com contrato por produtividade:** os trabalhadores vão receber a comissão sobre o que venderem. Cai o piso salarial e os direitos. Como trabalha o corretor de imóveis, sem garantia alguma e nem um mínimo. Hoje o bancário é a categoria que mais tem metas para atingir a produção com ganhos variáveis.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 241 (PEC 241) aprovada pela Câmara dos deputados, dia 25/10 e vai para apreciação no Senado como PEC 55, demonstra de forma clara o que está na agenda política do governo golpista de Temer e na pauta econômica do ministro Henrique Meirelles: Desigualdade Social. A proposta impõe um limite para o aumento do gasto público federal definido pela inflação do ano anterior, por um período de 20 anos. Ou seja, a aprovação da PEC traduz-se em mais privatizações e recursos para pagamento da dívida de um lado, com cortes em Saúde, Educação e Previdência do outro.

A PEC congela salários de servidores públicos por 20 anos. A idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres será de 65 a 70 anos. A retirada de direitos sociais será sem precedentes com aumento do desemprego. Os Sistemas de Saúde e Educação Públicos entrarão em colapso!

### População sem Saúde e risco de epidemias

Na área da saúde, o presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, Stênio Miranda, diz que a PEC exigirá dos municípios mais gastos para custear a saúde local, que poderá entrar em colapso. Segundo especialistas da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, dois terços do orçamento do Ministério da Saúde vão para os estados e cidades. Com a perda do dinheiro, as prefeituras terão que fechar unidades

básicas e retirar recursos da Vigilância Sanitária, o que elevará os riscos de novas epidemias. Prefeituras (como a de Santos, Cubatão, Praia Grande e Guarujá) que tem hospitais municipalizados fatalmente poderão fechar as portas levando a população ao caos. Uma estimativa do Ipea e do Conasems aponta que em 20 anos o setor perderá R\$ 654 bilhões, levando também o SUS e os hospitais filantrópicos como a Santa Casa e a Beneficência Portuguesa ao colapso.

### PEC 241 estrangula educação pública

A União é obrigada a investir, no mínimo, 18% do PIB em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Conforme a Consultoria de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, com a PEC 241, o País chegaria em 2025 com R\$ 13,4 bilhões a menos comparado ao mínimo de 18% investidos atualmente. Segundo especialistas em financiamento educacional, como Paulo Sena, a PEC inviabiliza o Plano Nacional de Educação



Intersindical, centrais sindicais e movimentos sociais na Paulista contra a PEC 241

(PNE), que já não é suficiente para as demandas básicas.

Atualmente, conforme a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que pesquisa e compara 34 países membros, o Brasil gasta cerca de US\$ 3 mil anuais por aluno na educação básica. Em média, os países da OCDE investem cerca de US\$ 8,2 mil no básico, US\$ 9,6 mil nos anos finais e US\$ 9,8 mil no Ensino Médio. Entidades educacionais em nota dizem que: a aprovação da PEC

241 significa gastar ainda menos, estrangular a educação pública e tornar letra morta o Plano Nacional de Educação!

### Reforma do Ensino Médio precariza formação

O governo também ataca o ensino médio com a não obrigatoriedade de matérias como artes e educação física e opção ou não de filosofia ou sociologia precarizando a formação completa de um cidadão, esta é a opinião do coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), Daniel Cara. Com a reforma, apenas Português, Matemática e Inglês devem ser obrigatórios para o fim do ciclo (atualmente são 13). As outras matérias serão optativas.

A PEC 241 destrói as possibilidades de o Brasil garantir serviços públicos suficientes na saúde, educação e demais áreas sociais, além de por fim a fundamental política de valorização do salário mínimo. Temer congela os recursos para as políticas públicas para liberar mais dinheiro para o rentismo parasitário que suga o orçamento através dos juros e das amortizações da dívida pública.

### PEC destrói serviços públicos e valorização do Salário Mínimo

A PEC 241 destrói as possibilidades de o Brasil garantir serviços públicos suficientes na saúde, educação e demais áreas sociais, além de por fim a fundamental política de valorização do salário mínimo. Temer congela os recursos para as políticas públicas para liberar mais dinheiro para o rentismo parasitário que suga o orçamento através dos juros e das amortizações da dívida pública.



## CALENDÁRIO de lutas das centrais sindicais

### CONTRA A PEC 241, REFORMAS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

**📅 Dia 11 de Novembro:** “Dia Nacional de Greve e Paralisação”

**📅 Dia 25 de novembro:** após avaliação do Dia 11/11, encaminharemos detalhes, junto com as demais centrais, sobre os atos do dia 25/11, “Dia Nacional de Greve e Paralisação”.

## STF julga Terceirização a pedido de patrões

Depois de perder uma batalha no Congresso Nacional e enfrentar a reação contrária de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), empresários recorrem ao Supremo Tribunal Federal (STF) para liberar a terceirização da força de trabalho para todas as atividades da economia brasileira. É mais uma estratégia de guerrilha dos que não poupam esforços para tirar direitos da classe trabalhadora.

O STF vai julgar, dia 9/11, se a terceirização e a Súmula 331, que trata sobre contratação terceirizada em atividades fim (onde atualmente é proibida, como os bancários) e meio, pode ou

não ser feita no Brasil. Ou seja, o STF vai decidir se é legal ou ilegal precarizar as condições de trabalho no País. Até o momento a Terceirização não passou por conta da luta dos trabalhadores desde 2004. “Depois da longa batalha da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora e de outras centrais, esperamos que o Supremo não contribua para aprofundar as desigualdades sociais e a retirada de direitos dos trabalhadores”, ressalta Ricardo Saraiva Big, Secretário de Relações Internacionais da Intersindical e Geral do Sindicato.





## A “farsa” chamada deficit da Previdência

A professora de Economia da UFRJ, Denise Gentil, e Rivânia Moura, doutora em Serviço Social pela UFRJ e professora da UERN defendem a existência de um “cálculo distorcido” pelo mercado financeiro. Diversos especialistas entendem que a justificativa da necessidade da Reforma da Previdência tem como único objetivo pagar juros da dívida pública aos bancos com taxaço, idade mínima de 65 anos e diminuição dos valores das aposentadorias dos trabalhadores.

### Existe uma “farsa contábil” que transforma em deficit o superavit do sistema previdenciário?

**Denise Gentil:** O artigo 195 da Constituição diz que a Seguridade Social será financiada por contribuições do empregador (incidentes sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro), dos trabalhadores e do Estado. Mas o que se faz é um cálculo distorcido. Primeiro, isola-se a Previdência da Seguridade Social. Em seguida, calcula-se o resultado da Previdência levando-se em consideração apenas a contribuição de empregadores e trabalhadores, e dela se deduz os gastos com todos os benefícios. Por essa metodologia, houve deficit de R\$ 87 bilhões de janeiro a novembro de 2015.

Pela Constituição, a base de financiamento da Seguridade Social inclui receitas como a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), Cofins (Contribuição para o Financiamento da

Seguridade Social) e as receitas de concursos de prognóstico (resultado de sorteios, como loterias e apostas).

### De quanto foi o superavit da Seguridade Social no ano passado?

Quando essas receitas são computadas, obtém-se superavit de R\$ 68 bilhões em 2013 e de R\$ 56 bilhões em 2014. Mas essa informação não é repassada para a população, que fica com a noção de que o sistema enfrenta uma crise de grandes proporções e precisa de reforma urgente, que não corresponde à realidade.

### Então por que tanta pressão por reforma?

O objetivo é cortar gastos para dar uma satisfação ao mercado, que cobra o ajuste fiscal. Nada é dito sobre os gastos com juros (pagos aos bancos), que entre janeiro e dezembro de 2015 custaram R\$ 450 bilhões, o equivalente a 8,3% do PIB. Ocorre que o governo faz enormes isenções de impostos aos empresários desde 2011.

Em 2015, chegaram a um valor estimado em R\$ 282 bilhões, equivalente a 5% do PIB, sendo que 51% dessas isenções foram de recursos que iriam à Seguridade Social. Esses privilégios não produziram o resultado previsto pelo governo, que era o de elevar os investimentos. Apenas se transformaram em margem de lucro (abocanhados pelas empresas).

### Por que a Reforma da Previdência e aposentadoria aos 65 e 70 anos?

**Rivânia Moura:** Os argumentos reunidos para a “Reforma da Previdência” não são justificáveis pelo orçamento. Ao contrário, são elaborados no intuito de direcionar os recursos da Previdência para pagamento dos encargos da dívida pública aos bancos.

Para isso, o governo Temer tenta emplacar as propostas de contrarreforma da Previdência, que preveem: a instituição de uma idade mínima para aposentadoria, de 65 e 70 anos; a equiparação dos regimes de previdência; o pedágio para quem tem mais de 50 anos de idade; a equivalência das regras para homens e mulheres; o fim das aposentadorias especiais; a retirada dos trabalhadores rurais do regime geral de previdência e o aumento da alíquota de contribuição dos trabalhadores.

### Os trabalhadores devem pagar pela crise?

Com essa clareza não podemos aceitar o argumento do deficit e da insustentabilidade da Previdência; não podemos pagar pela crise; não podemos abrir mão da nossa condição de sobrevivência.

A Previdência envolve direta ou indiretamente todos os trabalhadores e por isso a sua defesa tem de ser ampla e unificada.

18 DE NOVEMBRO

**BANDA PAHALLA**  
no Bar Cultural

Esperamos  
você!

A diretoria do Sindicato organiza mais um Bar Cultural para os bancários, bancárias e seus convidados, dia 18 de novembro (sexta-feira), a partir das 19h, na Av. Washington Luiz, 140. A Banda Pahalla vai tocar muito rock e pop rock.

A Pahalla que tem influências de Charlie Brown Jr., Rappa, Raimundos e muito Rock 'N' Roll conta com Will (Vocal), Gabriel (Bateria), Marcos (Guitarra), Fagner (Baixo) e David (Guitarra). Espetinhos a R\$ 5,00 e cervejas e refrigerantes R\$ 4,00 cada.